



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

SENTENÇA - ALVARÁ

Processo nº: 1011133-51.2015.8.26.0566
 Classe - Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**
 Inventariante: **VALÉRIA OLIVEIRA DE VASCONCELOS**, brasileira, solteira, professora universitária, RG 11.806.369-8-SSP/SP, CPF 086.831.068-96, residente e domiciliada nesta cidade de São Carlos/SP, no Sítio Manacá.
 Inventariada: **MARIA JOSÉ OLIVEIRA DE VASCONCELOS**, RG 3.941.108-4-SSP/SP, CPF 082.845.068-40 (era separada judicialmente de Francisco das Chagas de Vasconcelos), nascida em Sobral-CE, filha de Francisco Lourival Cruz de Oliveira e de Maria Zenaide Andrade de Vasconcelos, falecida nesta cidade de São Carlos em 21/07/2015.

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 30/38. Exibiram as certidões negativas de fls. 58 e 65.

O MP manifestou aquiescência com o plano de partilha e ao pedido de alvará, conforme pareceres de fls. 73 e 147.

HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 30/38 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com as seguintes ressalvas com relação ao imóvel rural do item "1" de fls. 33/34: **a)** excluir a frase "*imóvel este adquirido pelo Inventariado antes de passar a conviver com sua companheira Maria Amélia Lopes*" (a inventariada é Maria Jose Oliveira de Vasconcelos, e não consta dos autos que tenha convivido com outra mulher); **b)** face ao teor da averbação 12/M2.297, referido imóvel possui área de 7,50 alqueires mais ou menos, ou sejam 18,1 ha., aproximadamente, com as seguintes benfeitorias: casa de morada, instalação elétrica com cabine de força e transformador de 20 KVA, poço, 2.000 pés de cítricos, 1.500 pés de maracujás e outras benfeitorias. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**).

À inventariante para, em 5 dias, providenciar:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em nome da inventariada-falecida (letra "g" de fl. 04);

1011133-51.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

b) complementação do recolhimento das custas processuais (taxa judiciária e CPAs). Pela natureza do pedido o valor da taxa judiciária se enquadra na descrição nº 6 da tabela do TJSP, ou seja, "...6) Inventários, arrolamentos e nas causas de separação judicial e de divórcio, **e outras**, em que haja partilha de bens ou direitos...". (*TAXA JUDICIÁRIA: Monte-mor de R\$ 50.001,00 até R\$ 500.000,00: 100 UFESPs, para o exercício de 2016, o valor da UFESP é de R\$ 23,55 = R\$ 2.355,00 - R\$ 1.952,56 recolhido às fls. 79/80 = **R\$ 402,44**: Guia DARE-SP, código 230-6 ***).

Depois que a inventariante e herdeiros atenderem ao parágrafo anterior, o cartório deverá lançar a respectiva certidão comprobatória dessa regularização, e só então os herdeiros ficarão autorizados a obter o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxe.

Fls. 90/101 e 106/109: Concedo **ALVARÁ** para que o Espólio da requerida **Maria José Oliveira de Vasconcelos**, a ser representado pela inventariante **Valéria Oliveira de Vasconcelos** (supraqualificados), possa rerratificar a escritura de dação em pagamento, ajustando-a a princípios registrários nos termos da petição de fls. 99/101 e 106/109, devendo o instrumento de alvará estar acompanhado de cópia dessas peças para que se respeite o princípio da integração. Essa rerratificação refere-se ao imóvel objeto da matrícula nº 3.559 do CRI de Caragatatuba/SP. A autorizada poderá praticar todos os atos necessários visando à sanação da escritura pública anterior, atendendo às exigências apontadas na qualificação negativa do título. Esta sentença valerá como instrumento de **ALVARÁ** para os fins aqui expressos. Prazo de validade do alvará: 180 dias. Compete ao advogado da inventariante materializar esta sentença/alvará assim que publicada nos autos.

Intime-se o Fisco Estadual para adotar as providências necessárias visando ao lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC. Essa questão não se submete ao crivo judicial nestes autos.

P. I. Forneça ao Fisco Estadual senha para que tenha pleno acesso a estes autos. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, oportunamente.

São Carlos, 29 de novembro de 2016

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**